



CRISE CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS

DESAFIOS NA CONVIVÊNCIA COM A SECA E A CHUVA EXTREMA

GRUPO TEMÁTICO: AMBIENTAL

SÍNTESE DA 2ª REUNIÃO – 18 DE ABRIL DE 2024

Comentários e sugestões apresentadas:

1. Meio Ambiente

Preservação e conservação de água e solos/promoção de infiltração

Promoção de cobertura de solo

Terraceamento

Estradas ecológicas

Barraginhas – Bacia de águas pluviais

Recomposição de áreas de recarga

Proteção de nascentes

Restauração de vegetação (baixo custo)/Passiva

Revitalização de bacias

Rede de unidades demonstrativas de boas práticas

Bacias Hidrográficas experimentais

Áreas protegidas e Unidades de conservação

Pagamento por serviços ambientais/Produção de água

Conversão de uso do solo

Conversão de uso do solo autorizada

Combate ao desmatamento ilegal

Reciclagem /Catadores de material reciclado

Pegada de carbono no Licenciamento ambiental

- O Plano ABC+ foi elaborado sob a premissa de trabalhar mitigação e adaptação aos efeitos da crise climática e, embora não fale diretamente, é possível que dele sejam extraídos dispositivos que implicitamente lidam com a questão de conservação do solo, do terraceamento, entre outros.
- Importante destacar que o cercamento de áreas de preservação permanente deve ser realizado se a área produtiva tiver gado ou animais de grande porte.
- Antes do código florestal, a reposição florestal era realizada por empresas que faziam o processamento dos produtos madeireiros. Hoje é extensivo para qualquer um que faça supressão de vegetação.
- No PAE-MG existe dispositivo sobre limitação econômica da monocultura. A Faemg se coloca contrária a isso. É possível se pensar na aplicação de tecnologias sustentáveis, inclusive na utilização de áreas degradadas, para a implantação de projetos, independentemente do tipo de cultura que será instalada.
- Na parte de regularização ambiental, há menção a dispositivo do Plano ABC que traz a expressão “beneficiárias do Plano Setorial”. Houve dúvida sobre quem seriam essas beneficiárias.
- É importante se pensar em estratégias para reduzir o desmatamento. Nesse sentido, não deve haver diferenciação entre legal e ilegal. Deve-se ter um tópico de combate ao desmatamento ilegal e fomento à redução do desmatamento legalizado.
- Apontou-se que o nome “combate ao desmatamento ilegal e fomento à redução do

desmatamento legal” pode abrir oportunidade para os pagamentos por serviços ambientais e outros instrumentos econômicos, mas seria importante o grupo avaliar se seria melhor tratar dos assuntos conjunta ou separadamente.

- Conversão de uso do solo autorizado deve ser item dentro do tema “regularização ambiental”.
- Foi levantada uma dúvida sobre lagos múltiplos, uma vez que não foram contemplados no temário. Questionou-se ainda como é legislação de registro, autorização e fiscalização, se existe algum registro deles no Igam. Foi esclarecido que lagos múltiplos são feitos com lonamento, com o objetivo de reservação da água, não de infiltração, como nas barraginhas.
- Não apareceu na planilha nada sobre proteção e promoção da segurança do solo e é muito importante que se pense em algo.
- Importante considerar a recuperação de pastagens degradadas como item de “promoção de cobertura de solo”, pois promove a infiltração de água. Além disso, a pastagem degradada pode ser um local importante para a implantação de produção, com a devida proteção de solo e curso d’água, evitando-se novas conversões.
- Sobre conversões ilegais, seria possível criar estímulos nas políticas de pagamento por serviços ambientais.
- No item "Áreas protegidas e unidades de conservação", foi sugerido que se insira uma subdivisão para “incêndios florestais em unidades de conservação e entornos”.
- O Corpo de Bombeiros trabalha em parceria com a Semad. Programas como o “Minas contra o fogo” leva aos municípios treinamento de brigadas florestais. É importante fomentar as ações do programa. Importante, ainda, fortalecer o programa e transformá-lo em ação governamental formalizada e com metas bem definidas.
- Sobre o item “recomposição de terras de recarga”, importante levar em consideração projetos e ações em desenvolvimento e já realizadas por ONGs/OSCs.
- Sugeriu-se incluir áreas de reservas privadas, por compensação ou deliberação. Foi citado o exemplo da Anglo American, que possui áreas extensas, maiores que as previstas como obrigações legais, como reservas.

2. Segurança hídrica

Infraestrutura hídrica

Reservação de água

Perenização de cursos d’água

Pequenos barramentos

Barramentos subterrâneos

Tratamento de esgotos

- No Plano ABC fala sobre a tecnologia dos sistemas irrigados, que poderia incluir a reservação, aumento da produtividade, segurança alimentar e todas as questões que perpassam o tema.
- Necessidade de se pensar a reservação como estratégia de estado. Há uma lacuna, pois hoje está muito voltado para agricultura familiar.
- Agricultura irrigada favorece o aumento da produção sem extensão das áreas ocupadas, o que justifica sua abordagem sob o aspecto ambiental, não somente sob o aspecto econômico-produtivo.
- Revitalização de bacias também deve ser um item do tema “segurança hídrica”.
- No Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar, no Infra-rural 11, há previsão de disponibilização de máquinas e equipamentos para abertura e recuperação de poços. É preciso trabalhar alguma diretriz para apoiar a regularização de

poços tubulares para agricultores familiares ou pequenos produtores, pois há dificuldade de contratação do profissional tecnicamente capacitado para realização dos estudos necessários. Seria importante pensar em algum tipo de assessoramento técnico ou apoio do estado, quando se tratar de pequeno produtor ou agricultor familiar.

- Importante fomentar projetos de perenização de cursos d'água que considerem as microbacias como um todo, pois ações isoladas são pouco efetivas.
- Além da reservação, muito importante analisar a possibilidade de reúso de água de estações de tratamento.
- Regularização hídrica é muito importante, mas é preciso considerar todos os tipos de regularização ambiental.
- Sobre o item “infraestrutura hídrica”, afirmou-se que a eficiência média de distribuição e condução de água, de modo geral, é de cerca de 50%. Foi sinalizada a ausência de um item sobre modernização ou recuperação de infraestrutura hídrica para que se aumente essa eficiência.

3. Estrutura urbana

Drenagem urbana

Permeabilidade

Resíduos sólidos/efluentes

Urbanos

Rurais

Logística reversa

Perdas na distribuição de água

Smart cities

- Sobre logística reversa, importante verificar a Deliberação Normativa Copam nº 249/2024.
- Não há menção a bacias de retenção e detenção. Nas áreas urbanas, é importante avaliar isso como forma de ampliar a resiliência dos municípios. Foi esclarecido que esse assunto está no eixo “Institucional”.
- Em relação ao item “permeabilidade”, entendeu-se que pode ser transferido para o eixo “Institucional”.
- O PAE-MG trata dos resíduos sólidos em meios urbanos. Foi sugerida a inclusão de item que aborde coleta de lixo, coleta seletiva, fossas e saneamento no meio rural.
- É fundamental que se ofereça aos municípios algum tipo de apoio para a elaboração de planejamento de drenagem urbana.
- Importante atentar para as ocupações inadequadas em áreas de captação de água.

4. Energia

Biomassa

Fotovoltaica

Agrovoltaica

- Não houve comentários ou sugestões sobre esse tema.

5. Agro

Agroecologia

Agricultura irrigada e eficiência hídrica

Aquaponia

Mudas florestais

Sistemas Agroflorestais / ILPF**Redução de uso de agrotóxicos**

- Importante considerar o programa nacional de bioinsumo como forma de reduzir o uso de agrotóxicos.
- Também é importante a realização de pesquisas que criem ferramentas agronomicamente efetivas para que se consiga reduzir o uso de agrotóxicos.

Observação:

- É preciso difundir uma ampla educação e capacitação sobre crise climática e proteção do meio ambiente, incluindo educadores, representantes de produtores e outros atores.

Próxima reunião do grupo temático:

2 de maio, quinta-feira, 14 horas